

N.F. Nº - 206882.0008/22-2  
NOTIFICADO - CN SUPERMERCADOS LTDA  
NOTIFICANTE - LÍCIA MARIA ROCHA SOARES  
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ATACADO

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO JJF Nº 0260-06/24NF-VD

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. CONTRIBUINTE PRATICOU OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS, REGULARMENTE ESCRITURADAS. Alegações defensivas elidem parcialmente a irregularidade apurada. Inclusão nos demonstrativos de apuração do imposto exigido de produtos não sujeitos à tributação. Fato reconhecido expressamente pela Notificante na Informação Fiscal. Infração parcialmente subsistente. Instância ÚNICA. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 31/03/2022, exige do Notificado ICMS no valor de R\$ 6.386,51, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 002.001.003: deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas.

Enquadramento Legal: artigo 2º, inciso I e art. 32 da Lei nº 7.014/96 c/c art. 332, inciso I do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/12. Tipificação da Multa: art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos, através de advogado (fls. 36/40), datada de **31/05/2022**, inicialmente sintetizando o conteúdo do lançamento, para, em seguida, alegar que os demonstrativos elaborados pela Notificante contêm inconsistências, necessitando serem revistos. Para tanto, elaborou tabelas, concernentes aos anos de 2018 e 2019, nas quais relaciona os produtos que entende serem isentos ou enquadrados no regime da substituição tributária. Finaliza a peça defensiva peticionando deferimento.

A Notificante presta Informação Fiscal em **26/04/2023** (fls. 42/45), resumindo o conteúdo das alegações defensivas, para, em seguida, afirmar: *“De forma acauteladora, optamos por atender as ponderações do Autuado e excluimos os produtos enumerados do levantamento fiscal e refizemos os demonstrativos, os quais apresentamos anexo a essa informação fiscal.”*

Consta na Informação Fiscal tabela referente aos períodos auditados (2018 e 2019), na qual, após as exclusões acatadas pela Notificante, totalizaram um débito no montante de **R\$ 5.646,05**.

A Notificante assevera que foi encaminhado para o Contribuinte, via Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, cópia dos demonstrativos, planilhas e informação fiscal, para fins de ciência e, assim querendo, apresentar manifestação no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência.

No dia **31/01/2024**, os autos foram baixados em diligência para a Infaz de Origem (fl. 48), cuja finalidade foi a de cientificar o Contribuinte sobre o conteúdo da Informação Fiscal, exarada pela Notificante (fls. 43/45), fornecendo-lhe cópias de todos os papéis de trabalho respectivos, no sentido de que, caso querendo, se manifestasse no prazo de 10 (dez) dias.

Por sua vez, o estabelecimento Notificado tomou ciência da Informação Fiscal (fl. 51), de forma tácita em **28/05/2024**, não constando nos autos a respectiva manifestação.

Cabe registrar que na fl. 54 dos autos consta o documento denominado “RELATÓRIO PAGAMENTO DO PAF”, extraído do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT em 04/07/2024, no qual consta a informação de que o Notificado recolheu, em espécie, a quantia de **R\$ 4.449,61** no dia **31/05/2022**, reconhecendo, assim, a quantia que entendeu ser devida.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ICMS no valor de R\$ 6.386,51 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas (fl. 01). Cabendo registrar que o lançamento se refere ao período de janeiro/2018 a dezembro/2019.

Cumprido destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando problemas de intempestividade. Entendo que o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal, foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Analisando os demonstrativos inicialmente elaborados pela Notificante, de fato, constata-se que neles foram incluídos produtos sujeito ao regime da substituição tributária (fls. 09/18 e 21/29), a exemplo de bebidas alcoólicas, cremes à base de avelã e chocolate, bem como salgados, os quais foram retirados pela agente fiscal, a pedido do patrono do contribuinte, quando prestou a Informação Fiscal, o que igualmente acato.

Cabe registrar que a Notificante incorreu em erro, quando da elaboração deste segundo demonstrativo, haja vista ter aumentado o valor exigido em alguns períodos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ocorrência	Vencimento	Valores Inicialmente Exigidos (R\$ )	Valores – Informação Fiscal (R\$ )
30/04/2018	09/05/2018	281,72	295,88
31/05/2018	09/06/2018	252,77	397,01
30/06/2018	09/07/2018	292,28	393,79
31/07/2018	09/08/2018	219,94	265,02
31/08/2018	09/09/2018	206,87	222,63
30/09/2018	09/10/2018	292,91	399,78
31/10/2018	09/11/2018	405,52	420,81
31/12/2018	09/01/2019	521,85	574,18
31/05/2019	09/06/2019	147,95	175,28

Por consequência, foram refeitos os cálculos, realizando as devidas exclusões, apurando-se um valor devido de ICMS equivalente a R\$ 3.632,35, consoante a tabela abaixo.

Ocorrência	Vencimento	Valor Histórico (R\$ )	Valor Julgado (R\$ )
28/02/2018	09/03/2018	258,52	80,80
31/03/2018	09/04/2018	346,60	254,41
30/04/2018	09/05/2018	281,72	203,83
31/05/2018	09/06/2018	252,77	209,81
30/06/2018	09/07/2018	292,28	220,74
31/07/2018	09/08/2018	219,94	166,60
31/08/2018	09/09/2018	206,87	128,92
30/09/2018	09/10/2018	292,91	154,56
31/10/2018	09/11/2018	405,52	221,80
30/11/2018	09/12/2018	367,97	168,20
31/12/2018	09/01/2019	521,85	282,34
31/01/2019	09/02/2019	509,05	210,73
28/02/2019	09/03/2019	293,95	98,90
31/03/2019	09/04/2019	200,11	74,57
30/04/2019	09/05/2019	96,95	54,24
31/05/2019	09/06/2019	147,95	119,61
30/06/2019	09/07/2019	151,96	99,12
31/07/2019	09/08/2019	210,70	105,79
31/08/2019	09/09/2019	261,79	135,03
30/09/2019	09/10/2019	266,63	137,69
31/10/2019	09/11/2019	216,48	144,12
30/11/2019	09/12/2019	320,07	137,16
31/12/2019	09/01/2020	263,91	223,38
<b>TOTAL</b>		<b>6.386,50</b>	<b>3.632,35</b>

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal, recomendando que sejam homologados os valores já recolhidos pelo contribuinte.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº 206882.0008/22-2, lavrada contra CN SUPERMERCADOS LTDA, no valor de ICMS equivalente a R\$ 3.632,35, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei 7.014/96, além dos acréscimos legais. Devendo ser intimado o Sujeito Passivo para tomar ciência desta decisão e que sejam adotadas as medidas cabíveis, para fins de homologação dos valores já recolhidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 16 de outubro de 2024

VALTÉRCIO SERPA JUNIOR – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR